



25 DE AGOSTO DE 2015

Terça-feira

- DESEMPREGO SOBE A 8,3% NO SEGUNDO TRIMESTRE, O MAIOR DESDE 2012, DIZ IBGE
- BAIXA TECNOLOGIA DA INDÚSTRIA SE ALASTRA PARA O SETOR DE SERVIÇOS
- LUCRO DA BAOSTEEL TEM CRESCIMENTO MODESTO NO 1º SEMESTRE
- FÁBRICA DA MERCEDES-BENZ EM SP TEM CORTE DE 1,5 MIL EMPREGOS
- JOINT VENTURE DA GM NA CHINA INVESTE EM CARROS ELÉTRICOS
- ANGLO AMERICAN VENDE DUAS MINAS NO CHILE POR US\$ 300 MI
- CSN CONTRATA BANCOS PARA VENDER ATIVOS, DIZEM FONTES
- O PLANO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO DO GOVERNO É VANTAJOSO?
- MINISTRO APRESENTA ESTUDO DE VIABILIDADE DA FERROVIA NORTE-SUL NO PARANÁ
- APÓS GREVE DE 12 DIAS, GM CANCELA DEMISSÕES EM SÃO JOSÉ
- GOVERNO DECIDE ADIANTAR 13º DE APOSENTADOS EM SETEMBRO
- CEVA ANUNCIA NOVA VP PARA PRODUTOS AÉREO E MARÍTIMO
- LUPATECH APRESENTA PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- ELÉTRICOS PAGARÃO SÓ METADE DO IPVA EM SÃO PAULO
- ACÇÕES DA VALE DESPENCAM E ATINGEM PIOR NÍVEL DESDE SETEMBRO DE 2009
- VOLKSWAGEN ATINGE MARCA DE 100 MIL UNIDADES DO NOVO FOX PRODUZIDAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
- INTERESSES DA INDÚSTRIA NA AMÉRICA DO SUL, EM COMÉRCIO E EM INVESTIMENTOS DIRETOS
- TAXA DE DESEMPREGO SOBE E FICA EM 8,3% NO 2º TRIMESTRE, REVELA IBGE
- DILMA DIZ QUE ERROU AO TER DEMORADO PARA PERCEBER GRAVIDADE DA CRISE

ECONÔMICA

- BRASILEIROS ESTÃO CADA VEZ MAIS PESSIMISTAS SOBRE INFLAÇÃO, DIZ FGV
- SEBRAE ESTUDA POSSIBILIDADE DE SE TORNAR SÓCIO DE EMPRESAS INOVADORAS
- MINÉRIO VIVE FASE DE ESTABILIDADE
- MONTADORAS PARAM PRODUÇÃO EM SETEMBRO
- ATIVIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA PERMANECE FRACA, APONTA CNI
- PARA FGV, ECONOMIA PODE RECUAR 3% ESTE ANO
- GOVERNO VAI PROPOR ALTA DE TRIBUTOS EM 2016
- EMPRESÁRIOS DO SETOR DE IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS SE MANIFESTAM CONTRA O MERCADO BRASILEIRO
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR CAI 1,7% EM AGOSTO ANTE JULHO, PARA 80,6 PONTOS, DIZ FGV
- DESEMPREGO NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2015 TEM A MAIOR TAXA DESDE 2012
- CÂMARA VOTA PROJETO DE LEI QUE AMPLIA ENQUADRAMENTO DE EMPRESAS NO SUPERSIMPLES
- A CRISE ATUAL SERÁ DESPERDIÇADA?
- EMPRESAS RECORREM À GESTÃO INTERINA PARA ENFRENTAR CRISE
- COM NORMA, PEQUENAS EMPRESAS DEVEM SER MAIS PREJUDICADAS NA CRISE
- BRASIL RECICLA 10 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇO POR ANO
- COM DÓLAR CARO, GASTO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR CAI 30,4% EM JULHO

CÂMBIO		
EM 25/08/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,547	3,548
Euro	4,046	4,048

Fonte: BACEN

Desemprego sobe a 8,3% no segundo trimestre, o maior desde 2012, diz IBGE

25/08/2015 – Exame.com

O desemprego no Brasil subiu a 8,3% no segundo trimestre de 2015, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ele é maior tanto na comparação com o primeiro trimestre de 2015 (7,9%), quanto com o segundo trimestre de 2014 (6,8%), e é a maior taxa da série histórica, que começou em 2012.

O número de desempregados foi estimado em 8,4 milhões de pessoas, subindo 5,3% em relação ao primeiro trimestre de 2015 e 23,5% na comparação com o segundo trimestre de 2014. A população com trabalho foi estimada em 92,2 milhões, ficando estável nas duas comparações, segundo o instituto.

Os dados fazem parte da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Continua e foram divulgados pelo IBGE nesta terça-feira (25). Ela leva em conta dados de 211.344 domicílios particulares permanentes distribuídos em cerca de 3.500 municípios.

O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou algum nos 30 dias anteriores à semana em que os dados foram coletados.

Em um ano, desemprego subiu em todas as regiões

No segundo trimestre de 2015, frente ao mesmo período de 2014, o desemprego cresceu em todas as regiões: Norte (de 7,2% para 8,5%), Nordeste (de 8,8% para 10,3%), Sudeste (de 6,9% para 8,3%), Sul (de 4,1% para 5,5%) e Centro-Oeste (de 5,6% para 7,4%).

Entre os Estados, mais o Distrito Federal, Bahia teve a maior taxa (12,7%) e Santa Catarina, a menor (3,9%).

Número de carteiras e renda ficaram estáveis

Segundo o IBGE, 78,1% dos empregados no setor privado têm carteira de trabalho assinada, mesmo percentual registrado no segundo trimestre de 2014.

O rendimento médio real (ajustado pela inflação) do trabalhador cresceu 1,4% em um ano (de R\$ 1.855,47 para R\$ 1.882,20) e caiu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre de 2015 (de R\$ 1.891,52 a R\$ 1.882,20).

Esses dados permaneceram estáveis nas comparações anual e mensal, de acordo com o instituto.

Desemprego é maior entre as mulheres

O desemprego entre as mulheres foi de 9,8% no segundo trimestre e continua maior do que entre os homens, que é de 7,1%.

Baseado no nível de escolaridade, o maior desemprego registrado foi entre aqueles que têm ensino médio incompleto (13,8%). Para as pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi estimada em 9,7%, mais que o dobro da verificada para aqueles com nível superior completo (4,1%).

Número de pessoas fora da força de trabalho fica estável

No segundo trimestre deste ano, 38,7% das pessoas em idade de trabalhar estavam fora da força de trabalho. Ou seja, elas não tinham emprego, e nem procuraram algum nos 30 dias anteriores à pesquisa. Esse número ficou estável na comparação com o trimestre anterior e com o mesmo período de 2014.

A população fora da força de trabalho é composta em sua maioria por mulheres. No segundo trimestre de 2015, elas representavam 65,8%.

O Nordeste foi a região com a maior parcela de pessoas fora da força de trabalho (42,8%). As regiões Sul (36,0%) e Centro-Oeste (34,8%) tiveram os menores percentuais.

No segundo trimestre de 2015, cerca de 35,1% da população fora da força de trabalho era composta por idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade). Aqueles com menos de 25 anos de idade somavam 28,8% e os adultos, com idade de 25 a 59 anos, representavam 36,1%.

Em outra pesquisa, desemprego subiu a 7,5% em julho

Além da Pnad Contínua, o IBGE divulga a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), com dados mensais do mercado de trabalho. Ela é baseada em seis regiões metropolitanas do Brasil: Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Na última, com o resultado de **julho** e divulgada na semana passada, o desemprego subiu a 7,5%, o maior para o mês em seis anos.

Baixa tecnologia da indústria se alastra para o setor de serviços

25/08/2015 – Exame.com



O setor de serviços já responde por 71% do PIB brasileiro. Para economias desenvolvidas, esse é um percentual normal, sinal da transição para uma estrutura econômica pautada pelas atividades criativas, com concentração da manufatura apenas em itens de maior valor agregado. Não é o caso brasileiro. Sem a demanda de uma indústria de ponta, os serviços dominam o PIB sem gerar o mesmo valor que em países ricos.

Indústria e serviços vivem em simbiose. Não há como uma fábrica produzir sem contar com projetos de engenharia, transporte e comunicações. E quanto mais complexa a estrutura industrial de um país, mais sofisticada e densa a rede de fornecimento de serviços.

[INFOGRÁFICO: entenda o peso dos serviços na economia dos países](#)

Em países avançados, uma parte significativa do valor agregado pela indústria vem dos serviços. Nos Estados Unidos, por exemplo, 22,2% do que é agregado pelo setor industrial vem dos serviços comprados pelas empresas. No Brasil, essa participação é de apenas 12,5%, um reflexo direto da baixa complexidade da cadeia produtiva.

“Nos EUA, os serviços se desenvolveram por demanda da indústria. Hoje, 70% da pesquisa em serviços é financiada pela indústria”, diz o economista Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília (UnB), um dos especialistas que vêm tentando desvendar as razões para a baixa demanda por serviços sofisticados, um fenômeno que torna o setor pouco produtivo no país.

Excesso de proteção

Uma das explicações é que a indústria brasileira cresceu em um modelo protegido, de substituição de importações. Levado por décadas, o sistema fez com que as empresas locais deixassem de brigar pelo mercado internacional e trabalhassem com menor absorção de tecnologia.

“Temos um setor de serviços hipertrofiado. Aqui, as empresas de telecom brigam mais pelo mercado do consumidor final. Nos EUA, esse mercado é só um complemento aos serviços prestados às empresas”, exemplifica Arbache.

O cenário de câmbio valorizado da última década dificultou ainda mais a relação entre indústria e serviços. Ao mesmo tempo em que perdia competitividade lá fora, o setor industrial viu os preços de serviços dispararem. Com serviços caros, muitas empresas preferem postergar investimentos e manter modelos produtivos antigos.

Balança

Além de agregar pouco valor na indústria, o setor brasileiro de serviços tem um peso importante no balanço de pagamentos do país. O resultado dessa conta saltou de um déficit de US\$ 6,9 bilhões, em 1999, para US\$ 48,9 bilhões, em 2014. Entram na conta os gastos de turistas no exterior, pagamentos de patentes, serviços de transporte, compra de projetos de engenharia, entre outros itens.

Dois mundos

O setor de serviços pode ser dividido em mundos diferentes. Há uma parcela que é formada por pequenas empresas que prestam serviços às famílias, com poucos funcionários sem muita qualificação. Nesse grupo, cada negócio gerava em média R\$ 13,5 mil por mês em valor adicionado, em números de 2011. Cada funcionário agregava em média R\$ 1,9 mil. Os serviços profissionais, em que entram aqueles prestados a empresas, tinham uma geração de R\$ 48,8 mil por negócio e R\$ 3,5 mil por funcionário, ao mês.

O crescimento do setor de serviços por demanda do consumidor final, portanto, é menos eficiente como ferramenta de desenvolvimento econômico. Desatar os nós que seguram o crescimento da indústria de ponta seria um começo para inverter o foco também no setor de serviços. “O sistema tributário brasileiro penaliza empresas com cadeias produtivas longas e a pouca concorrência em alguns setores mais protegidos distorce o incentivo para inovar”, explica o economista Luciano Nakabashi, professor da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. E não são só as indústrias que sofrem com isso.

Perda de produtividade

A produtividade de indústria e serviços andam lado a lado. Análises recentes mostram que a indústria de transformação vinha perdendo produtividade nos últimos anos, com aumento do custo da mão de obra acima da expansão na produção. O cenário não é muito diferente nos serviços, em especial aqueles consumidos pelas empresas. De acordo com um estudo do Ipea, a produtividade da indústria de transformação entre 2000 e 2009 caiu a uma taxa de 0,8% ao ano.

Nos serviços, o crescimento foi de 0,6% ao ano, mas essa expansão ocorreu em segmentos como intermediação financeira e serviços de utilidade pública. Já a produtividade na agropecuária cresceu 3,8% ao ano e na indústria extrativa, 2% ao ano.

“O país terá de voltar a fazer manufaturas com ganho de produtividade para ganhar espaço no comércio internacional. Precisamos voltar a abrir mercados”, diz Paulo Gala, estrategista e diretor da Fator Administração de Recursos.

Tecnologia aprofunda simbiose entre setores

Uma relação profunda entre indústria e serviços é um dos fatores por trás do Vale do Silício. A aglutinação de empresas de tecnologia nessa região da Califórnia começou no fim dos anos 30 e tomou corpo com a fabricação de semicondutores nos anos 50 e 60.

Os novos equipamentos de tecnologia tinham apelo para grandes indústrias, que tinham capital para investir na modernização das fábricas e da gestão dos negócios. E junto com os equipamentos iam os serviços de engenharia da computação e de softwares.

O Vale não começou com aplicativos para tomar táxis, mas com soluções para grandes empresas.

Essa relação também ocorre em exemplos locais, como o da paranaense Bematech, recentemente comprada pela Totvs. No início, o foco da companhia era produzir pequenas impressoras usadas em automação bancária.

Ela era basicamente uma fabricante de hardware. As maquininhas tomaram conta do varejo, agregaram novas funções, e foram complementadas por softwares.

A prestação de serviço se tornou importante a ponto de a Bematech comprar empresas com soluções para segmentos como restaurantes e hotéis.

Há dez dias, a companhia acabou "abocanhada" pela Totvs, que está entre as maiores prestadoras de serviços de software "no atacado" – atendendo também indústrias com soluções para a gestão de automação e logística.

Ambiente de negócios é gargalo para prestador de serviços

Com 21 anos de atuação, a consultoria RoqueCorreia Automação já viu várias crises, mas nenhuma com uma reação tão lenta como a que se abateu sobre a indústria nos últimos quatro anos.

Os investimentos vêm sendo feitos a contagotas, o que obriga a empresa, que faz projetos de automação, a se concentrar em outros mercados, como geração de energia e de saneamento.

"Há, além do cenário econômico, um interesse baixo em modernização no Brasil", diz Sérgio Luiz Correia, um dos sócios da RoqueCorreia Automação

"Há, além do cenário econômico, um interesse baixo em modernização no Brasil", diz Sérgio Luiz Correia, um dos sócios da empresa.

"Muitas vezes vamos até a fábrica oferecendo um projeto e demonstramos que o retorno do investimento em novas soluções é maior do que o gasto, mas nem isso convence."

A implantação de novos processos de automação é uma condição necessária para a indústria ganhar competitividade e, ao mesmo tempo, ser capaz de fabricar produtos com maior tecnologia e qualidade.

"Os preços dos equipamentos baixaram, então seria um bom momento para investir para ganhar escala e melhorar a qualidade dos produtos", diz.

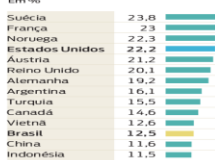
A RoqueCorreia tem hoje 40 funcionários, todos com nível técnico ou formação em engenharia. "Temos o conhecimento técnico e acesso à tecnologia. Nosso gargalo é o ambiente de negócios", resume Correia.

SEM DEMANDA

O setor de serviços no Brasil já representa 70% do PIB, mas ele tem complexidade menor do que em outros países porque não tem a demanda de indústrias de ponta. Por isso, o setor contribui menos para a geração de valor na indústria do que em outros países.

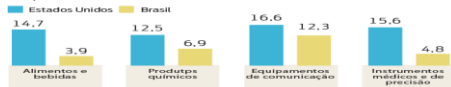
CONTRIBUIÇÃO

O quanto do valor adicionado na indústria vinha dos serviços comparados pelas empresas em 2005 em%



PESO DOS SERVIÇOS

Veja o quanto representam os serviços no valor da produção industrial de quatro setores nos Estados Unidos e no Brasil



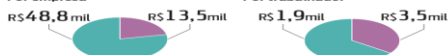
DOIS SETORES EM UM SÓ

As empresas que prestam serviços a empresas geram mais valor e pagam mais do que as que prestam serviços às famílias

Dados de 2011

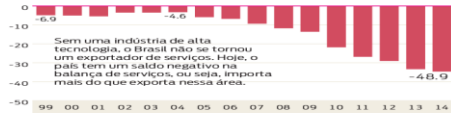
VALOR MENSAL ADICIONADO

■ serviços às famílias ■ serviços profissionais



BALANÇA DE SERVIÇOS NO VERMELHO

Em US\$ bilhões



Fonte: BCB e CNI. Infografia: Gazeta do Povo.

Lucro da Baosteel tem crescimento modesto no 1º semestre

25/08/2015 – Exame.com

A Baoshan Iron & Steel, a maior siderúrgica listada em bolsa da China, teve um crescimento modesto no lucro do primeiro semestre, citando o enfraquecimento da demanda em seu mercado doméstico.

O setor de aço da China enfrenta um excesso crônico de capacidade, medidas ambientais mais duras e uma desaceleração econômica que está prejudicando a demanda por metais industriais. "O setor de aço entrou em seu costumeiro modo de inverno conforme a demanda por produtos derivados vê crescimento em desaceleração, a concorrência intensifica-se e as exigências ambientais se tornam mais duras", disse a Baosteel.

O lucro líquido nos seis meses até 30 junho subiu 0,65 por cento na base anual para 3,17 bilhões de iuanes (495,1 milhões de dólares), informou a companhia em documento enviado à bolsa em Xangai.

A produção de aço bruto da China caiu 4,6 por cento para 65,84 milhões de toneladas em julho ante o ano passado, segundo dados do governo divulgados neste mês, conforme as siderúrgicas da maior produtora do mundo se viram diante de preços em queda e demanda fraquejante.

Fábrica da Mercedes-Benz em SP tem corte de 1,5 mil empregos

25/08/2015 – Exame.com



A Daimler anunciou nesta segunda-feira cortes de 1.500 empregos em fábrica de veículos comerciais da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, em resposta a uma queda na demanda no Brasil.

Os funcionários afetados na fábrica de São Bernardo foram notificados na sexta-feira, disse um porta-voz da Daimler nesta segunda-feira. O mercado brasileiro de caminhões vem em queda desde o começo de 2013, com a economia fraca, inflação alta e condições difíceis de financiamento limitando investimentos em veículos comerciais.

A Daimler cortou cerca de 3 mil empregos no Brasil na época, reduzindo sua força de trabalho para 11.854 trabalhadores até o final de junho. A companhia tem mais de 280 mil funcionários no mundo. No começo deste mês, a companhia alemã havia dito que ainda tinha cerca de 2 mil funcionários excedentes na fábrica em São Bernardo, que tem funcionado a menos de 60 por cento da capacidade.

Os trabalhadores da fábrica rejeitaram uma proposta de manutenção de empregos por um ano em troca de uma redução salarial de 10 por cento, mas o porta-voz da Daimler disse que as negociações com os trabalhadores podem ser retomadas no começo de setembro.

Joint venture da GM na China investe em carros elétricos

25/08/2015 – Exame.com



Uma joint venture da General Motors na China investirá 3 bilhões de iuans (470 milhões de dólares) para construir uma fábrica dedicada a carros elétricos, disse uma porta-voz da companhia nesta segunda-feira.

A fábrica terá capacidade anual para fabricar 200 mil "veículos de energia nova", expressão relativa a um termo chinês usado para referir-se genericamente a carros elétricos, disse a porta-voz sem especificar quando a fábrica será concluída. A SAIC-GM-Wuling, uma joint venture com a SAIC Motor e a Wuling Motors, começou a construção da fábrica na sexta-feira em Guangxi.

Anglo American vende duas minas no Chile por US\$ 300 mi

25/08/2015 – Exame.com



A Anglo American vai vender duas minas de cobre no Chile para a empresa de investimentos Audley Capital por 300 milhões de dólares, disse a companhia nesta segunda-feira, em um momento em que busca desalavancar seu balanço para ajudar a combater a queda global nos preços de commodities.

O Orion Mine Finance Group é o principal co-investidor em conjunto a Audley nas minas a céu aberto Mantos Blancos e Mantoverde.

O acordo inclui pagamentos futuros condicionais que podem eventualmente aumentar o preço em 200 milhões de dólares, disse a Anglo American.

Após uma revisão no ano passado, a Anglo American disse que venderia ativos que não atendessem ao seu critério de lucratividade. O investimento da Audley Capital foi liderado por John Mackenzie, ex-presidente-executivo do negócio de cobre da Anglo.

CSN contrata bancos para vender ativos, dizem fontes

25/08/2015 – Exame.com



A Cia. Siderúrgica Nacional SA contratou três bancos para vendas de ativos, disseram fontes informadas sobre o assunto, em um momento em que se empenha para reduzir a maior carga de dívida registrada entre as siderúrgicas latino-americanas e conter o aumento dos yields dos bonds.

A CSN nomeou o Banco Bradesco SA e o Banco do Brasil SA para vender a Sepetiba Tecon SA, que opera um terminal de contêineres no porto de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, por cerca de R\$ 1 bilhão (US\$ 290 milhões), segundo três das fontes, que pediram anonimato porque o processo é privado.

O Credit Suisse Group AG foi contratado para vender a participação da CSN, que tem sede em São Paulo, em outra siderúrgica brasileira, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais SA, conhecida como Usiminas, pela qual buscará cerca de R\$ 1,5 bilhão, disseram quatro fontes.

O presidente da empresa, Benjamin Steinbruch, disse no mês passado que a CSN quer vender ativos de baixo retorno já neste ano. Um porta-voz da CSN em São Paulo não respondeu imediatamente a um pedido de comentário sobre a contratação dos bancos.

As assessorias de imprensa do Credit Suisse, do Bradesco e do Banco do Brasil preferiram não comentar.

Atingida pela queda dos preços em meio a um excesso de oferta global, pelo encolhimento da economia doméstica e o aumento dos yields dos títulos, a CSN disse que sua dívida líquida inflou para R\$ 20,8 bilhões, quase cinco vezes seu valor de mercado, com a alavancagem mais alta registrada em mais de uma década. Seus bonds estão sendo negociados a baixas recorde.

A siderúrgica está negociando com os credores para estender o prazo de parte de seus R\$ 7,4 bilhões em dívidas com vencimento em 2016 e 2017 em um momento de redução de custos e de venda ativos de baixo retorno, disse Paulo Caffarelli, diretor-executivo da CSN, em uma conferência com investidores, na semana passada.

Passível de calote

Os bonds da CSN da emissão de US\$ 1,2 bilhão com vencimento em 2020 caíram 7,6 por cento, para o menor valor já registrado, 61,13 centavos, na quinta-feira.

O yield aumentou 2,12 pontos percentuais, para 19,03 por cento, ou 17,5 pontos percentuais acima dos títulos do Tesouro dos EUA. Um diferencial de 10 pontos percentuais indica uma dívida passível de calote.

"A dívida está se tornando insuportável, fazendo com que os preços dos bonds caiam a níveis de dívidas inadimplentes", disse Cedric Rimaud, diretor de pesquisa para mercados emergentes da Gimme Credit, em uma nota a clientes.

"Até que alguma venda de ativos seja anunciada, isso continuará assim".

O Plano de Proteção ao Emprego do governo é vantajoso?

25/08/2015 – Exame.com



O Plano de Proteção ao Emprego, instituído pela Medida Provisória n. 680, de 6 de julho de 2015, busca, em um contexto de crise econômica, preservar os empregos mediante algumas medidas que diminuam os custos da empresa, dando a ela uma oportunidade de recuperação econômica.

Podem aderir ao programa empresas que comprovarem se encontrar em situação de dificuldade econômico-financeira. Isto será reconhecido quando houver redução do seu nível de emprego ou seu crescimento não tiver ultrapassado 1%.

A adesão ao programa terá duração máxima de 12 meses e poderá ser feita até 31 de dezembro de 2015. Feita a adesão, as empresas poderão, mediante acordo coletivo com o sindicato dos trabalhadores, reduzir temporariamente, em até 30%, a jornada de trabalho de seus funcionários, com a redução proporcional do salário.

Dito isso, podemos analisar se é ou não vantajoso para o trabalhador. O funcionário que tiver a jornada reduzida terá direito a uma compensação pecuniária custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) equivalente a 50% do valor da redução salarial e limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego, enquanto perdurar o período de redução temporária da jornada de trabalho. Assim, metade do valor que o trabalhador tiver reduzido de seu salário será compensada pelo FAT, até o limite de R\$ 900,25.

É exigido, ainda, que a empresa pague ao menos um salário mínimo ao funcionário com recursos próprios. O trabalhador também não poderá ser dispensado sem justa causa durante o período do programa e nem após o seu término, durante o prazo equivalente a 1/3 do período de adesão.

Diante disso, embora o Plano de Proteção ao Emprego acarrete uma redução salarial temporária ao trabalhador, em uma situação de crise, em que haja risco de perda de

emprego, como a que vivemos, ele pode se mostrar vantajoso, uma vez que oferece uma estabilidade provisória de emprego.

Além disso, o Plano oferece aos trabalhadores direitos mais amplos dos que os atualmente previstos. De acordo com o artigo 7º, VI, da Constituição Federal, é possível a redução salarial por meio de convenção ou acordo coletivo. Com essa Medida Provisória, como já mencionamos, parte dessa redução é compensada pelo FAT.

Ministro apresenta estudo de viabilidade da Ferrovia Norte-Sul no Paraná

25/08/2015 – Agência FIEP

Antonio Carlos Rodrigues participou de reunião na Fiep nesta sexta-feira (21) e detalhou as análises preliminares do empreendimento, que tem orçamento total estimado em R\$ 20 bilhões, incluindo também os trechos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

O ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, apresentou nesta sexta-feira (21), na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), os resultados do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do trecho da ferrovia Norte-Sul entre Panorama (SP) e Rio Grande (RS). Com orçamento preliminar estimado em R\$ 20 bilhões, o empreendimento passaria por 31 municípios do Paraná, facilitando o transporte de cargas de algumas das principais regiões produtoras do Estado.

Segundo o ministro, o estudo é o primeiro passo para a concretização da ferrovia. Porém, ainda não existe um cronograma definido para a realização da obra. A próxima etapa será o lançamento de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para verificar se há no mercado investidores dispostos a entrar no empreendimento.

“Vamos lançar possivelmente neste segundo semestre uma PMI e ver quem tem interesse nessa concessão”, disse Antonio Carlos Rodrigues. “Este é o momento de procurar os investidores, que podem ser até investidores internacionais”, acrescentou o ministro.

Para o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, é necessário, a partir de agora, que todas as esferas da sociedade se mobilizem para a concretização desse empreendimento. “A ferrovia é um modal altamente importante para reduzir custos de transporte e aumentar a competitividade do setor produtivo paranaense e brasileiro. Mais do que o traçado exato por onde a ferrovia vai passar, a Fiep defende que tenhamos uma ferrovia cortando o país de Norte a Sul e que o Paraná seja contemplado da melhor forma possível”, disse.

Questionado se acredita que o empreendimento atrairá investidores mesmo com o alto custo estimado, Campagnolo disse que o potencial de transporte de cargas das regiões por onde a ferrovia passará justificam o investimento. “Qualquer investidor vai perceber que essa ferrovia é uma grande oportunidade por ser altamente viável”, declarou.

A reunião na Fiep teve a participação de lideranças empresariais de todas as regiões do Paraná, prefeitos de municípios por onde a ferrovia deve passar e representantes de empresas ligadas à área de logística. Também estiveram presentes deputados federais e estaduais, a senadora Gleisi Hoffmann e a vice-governadora Cida Borghetti.

Sobre a ferrovia

A ferrovia Norte-Sul é um grande projeto de integração nacional, que tem como objetivo interligar áreas produtoras de diferentes regiões do país. O traçado previsto vai de Barcarena (PA) até Rio Grande (RS). Alguns dos trechos já estão construídos ou em construção, outros em fase final de estudos.

Esse é o caso do trecho que abrange a Região Sul, cujo EVTEA foi apresentado pelo ministro Antonio Carlos Rodrigues em Curitiba, nesta sexta. Ele está dividido em dois lotes: entre Panorama (SP) e Chapecó (SC), cruzando todo o Paraná, com extensão prevista de 952,4 quilômetros; e entre Chapecó e Rio Grande, com mais 832,9 quilômetros.

O orçamento total estimado para o empreendimento supera a casa dos R\$ 20 bilhões, incluídos custos para elaboração de projetos executivos, desapropriações e aquisições de terras, terraplanagens, construções e aquisição de equipamentos ferroviários, entre outros itens. Seriam R\$ 12,3 bilhões para o trecho Panorama-Chapecó e mais R\$ 8,7 bilhões entre Chapecó e Rio Grande.

“Com certeza é um investimento muito grande e vamos precisar de uma parceria da iniciativa privada, porque com certeza é uma ferrovia muito importante não só para o Sul, mas para todo o Brasil”, disse Mário Rodrigues Júnior, diretor-presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, empresa estatal ligada ao Ministério dos Transportes que realizou o EVTEA.

O estudo mostra ainda os impactos socioeconômicos que a ferrovia trará. O estudo estima que, ao longo de toda a obra, será criado um total de quase 600 mil empregos diretos e indiretos nos dois lotes, gerando uma renda de R\$ 430 milhões ao ano. A expectativa é que a implantação da ferrovia cause uma redução de quase R\$ 1 bilhão nos custos de transportes anuais apenas no trecho Panorama-Chapecó.

Traçado

No Paraná, pelo traçado preliminar proposto no EVTEA, a ferrovia passaria por 31 municípios, sendo que quatro deles foram considerados polos de carga: Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Pato Branco.

Para a definição desse “corredor”, foram levados em conta dados como densidade populacional, PIB per capita, declividade do terreno, densidade hidrográfica e rodovias e outras ferrovias já existentes na região, além de existência de terras indígenas e área de influência. Outros parâmetros de avaliação foram o custo total de implantação, volume de carga transportada e custo da eficiência da operação.

No trecho paranaense, o que mais pesou para a proposição do traçado foi o cenário mercadológico, priorizando-se a demanda de cargas, principal justificativa para a construção de uma via em infraestrutura ferroviária. Já entre Chapecó e Rio Grande, foi mais preponderante o cenário físico, por conta das condições geográficas bastante complicadas no estado do Rio Grande do Sul.

O traçado apresentado, no entanto, ainda é apenas referencial, segundo o diretor-presidente da Valec. “Muita gente vai questionar o traçado, mas o que estamos buscando para que essa ferrovia se concretize é ela se tornar viável. Não estamos olhando para um município ou outro, mas buscando o que mais agrega ao traçado para que ela seja viável”, explicou Mário Rodrigues Júnior.

“O próximo passo é o desenvolvimento do projeto básico e aí sim vai se definir traçado, custo efetivo, estudos de ramais, de centros de distribuição de logística, de integração com outros modais. No desenvolvimento do projeto estaremos muito mais aptos para dizer qual é o traçado ideal”, completou.

Durante a reunião na Fiep, o prefeito de Londrina, Alexandre Kireeff, falando em nome de uma frente de chefes do Executivo e empresários de vários municípios, fez um apelo para que a ferrovia passe pela região. “A região de Londrina e Apucarana está dentro da área de maior viabilidade apontada pelo estudo da Valec. Por isso trazemos essa reivindicação,

que é sincera, tem o apoio de toda a população e vai abrir uma grande janela de oportunidades para os empresários”, disse o prefeito.

Após greve de 12 dias, GM cancela demissões em São José

25/08/2015 – Automotive Business



Após 12 dias de greve, a General Motors e o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos (SP) chegam a um acordo sobre as demissões anunciadas para 798 trabalhadores da unidade: esses funcionários estarão de licença remunerada até setembro, quando entrarão em layoff por um período de cinco meses.

A proposta, discutida na sexta-feira, 21, em audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) entre representantes do sindicato e da montadora, foi aprovada por 4 mil metalúrgicos durante assembleia na segunda-feira, 24.

A data exata do início do layoff ainda não está definida. Pelo acordo, serão canceladas as 798 demissões e a licença remunerada será retroativa ao dia 10 de agosto para os trabalhadores que estão em layoff. Os outros termos aprovados pela empresa e pelos trabalhadores são:

- discussão com o sindicato sobre o plano de aposentadoria;
- abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) em toda fábrica. Cada adesão resultará no abatimento do número de excedentes considerado pela empresa;
- os trabalhadores em layoff também terão direito a 13º salário, reajuste salarial na data-base, convênio médico e segunda parcela da PLR;
- a empresa se compromete em não fazer nenhuma retaliação aos grevistas;
- nenhum desconto dos dias em greve. Metade dos dias parados será arcada pela empresa. O restante será compensado pelos trabalhadores;
- se o trabalhador afastado pelo layoff preferir, poderá ser desligado antecipadamente, recebendo o valor relativo aos cinco meses de layoff (parte paga pela empresa, equivalente à diferença entre o salário e bolsa-qualificação) mais os quatro salários de indenização. Neste caso, o trabalhador terá direito a cinco parcelas do seguro-desemprego;
- ao fim do layoff, se houver demissões, pagamento de indenização de quatro salários nominais para cada trabalhador.

A greve na fábrica da GM em São José dos Campos durou 12 dias e é considerada pelo sindicato dos metalúrgicos a maior da unidade nos últimos 20 anos. Ela começou no dia 10 de agosto após a demissão de 798 trabalhadores feita pela montadora via telegramas,

que começaram a ser enviados no dia 8 de agosto. No dia 17 de agosto, o Ministério Público emitiu parecer favorável ao pedido de anulação das demissões da unidade

Governo decide adiantar 13º de aposentados em setembro

25/08/2015 – Automotive Business



Em nota divulgada na noite desta segunda-feira (24), o Palácio do Planalto anunciou que pagará no fim de setembro 50% do 13º salário dos aposentados e pensionistas que recebem do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – os outros 50% serão pagos na folha de novembro, como ocorre normalmente. Segundo a nota, a folha de setembro começa a ser creditada a partir do dia 24 daquele mês.

A Fazenda havia suspenso o adiantamento do benefício, há nove anos pago entre o final de agosto e início de setembro, por falta de recursos em caixa. No fim de semana, o governo chegou a anunciar que a primeira parcela seria paga em duas etapas, em setembro e outubro.

Reação

A decisão de segurar o pagamento, porém, causou polêmica e o Executivo precisou a rever sua posição – semana passada, o Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos da Força Sindical chegou a protocolar uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo a antecipação do 13º salário.

Ao optar por fazer o pagamento da primeira metade de uma vez só, Dilma seguiu a orientação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recomendou que não se abrisse uma nova crise em tempos de baixa popularidade do governo.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também alertou na semana passada para o risco de haver uma proliferação de ações judiciais, caso o parcelamento da antecipação não fosse revisto. Apesar da cautela com o Planalto com a antecipação, a própria presidente e os ministros da área econômica já receberam, em julho, 50% de suas remunerações extras.

Ceva anuncia nova VP para produtos aéreo e marítimo

25/08/2015 – Automotive Business

A Ceva Logistics anuncia a nomeação de Denise Carrion para vice-presidente dos produtos aéreo e marítimo para América do Sul. Em sua nova atribuição, a executiva será responsável pelas estratégias de padronização e melhores práticas da área nos países da região, incluindo o Brasil, tanto em aspectos operacionais quanto para os produtos air & ocean.

Na empresa há 20 anos, Denise construiu sua carreira em diversas posições, na área de vendas e operações, atuando mais recentemente como diretora do produto aéreo e marítimo para o Brasil. Ela e sua equipe continuarão com suas responsabilidades para com a operação nacional e em apoio às ações dos demais países da América do Sul.

Esta é a quarta nomeação de executivos para diferentes cargos dentro da Ceva Logistics. Em julho, a empresa anunciou três novos diretores para diferentes áreas.

Lupatech apresenta plano de recuperação judicial

25/08/2015 – Exame.com



A fornecedora de equipamentos e serviços para o setor de óleo e gás Lupatech informou ter apresentado na segunda-feira seu plano de recuperação judicial, que estabelece termos e condições para a reestruturação de suas dívidas e de suas subsidiárias e prevê a venda de ativos considerados não essenciais.

A companhia apresentou pedido de recuperação judicial no fim de maio, em conjunto com outras empresas do grupo e em caráter de urgência, uma vez que vem sendo afetada pelos menores preços do barril do petróleo e pelas turbulências envolvendo a Petrobras, sua principal cliente.

"O plano de recuperação judicial estabelece os termos e condições para a reestruturação das dívidas da companhia e de suas subsidiárias e foi devidamente enviado à BM&FBovespa e à Comissão de Valores Mobiliários", informou a Lupatech em comunicado divulgado na noite de segunda-feira.

Segundo a Lupatech, a forte queda do preço do barril de petróleo no exterior e a crise na Petrobras tiveram efeitos negativos sobre toda a cadeia de suprimento do setor, aumentando a percepção de risco. Estes fatores contribuíram para "frustrar algumas expectativas" e levar a companhia a apresentar o pedido de recuperação judicial.

O processo tramita perante a 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionadas à Arbitragem da Comarca de São Paulo.

Elétricos pagarão só metade do IPVA em São Paulo

25/08/2015 – Exame.com



A prefeitura de São Paulo assinou um decreto que regulamenta a isenção da metade do IPVA para veículos elétricos emplacados na cidade. Em cerimônia realizada na sexta-feira, 21, representantes da ABVE, Associação Brasileira do Veículo elétrico, apresentaram a proposta de também liberar os veículos elétricos do rodízio municipal.

Embora seja um tributo estadual, o IPVA tem metade de seu valor repassado às prefeituras onde os veículos são emplacados e é dessa parte que o município está abrindo mão como forma de estimular a compra desses veículos com tecnologias não poluentes.

Neste ano, o requerimento da isenção deverá ser feito manualmente e a partir de 2016 o sistema estará totalmente automatizado, em formato semelhante ao da nota fiscal paulistana (feito pela internet).

Para Island Faria Costa, diretor ABVE, a lei poderá gerar um efeito cascata, levando outras prefeituras e os governos estaduais e federal a reverem a carga tributária que incide sobre os veículos elétricos.

“O custo de aquisição é um dos grandes impeditivos da disseminação desta tecnologia, que, por outro lado, é muito mais barata no abastecimento e manutenção. Além de custar menos no uso, o veículo elétrico contribui com a saúde pública, pois não gera poluição sonora e do ar.”

Estimativas da ABVE indicam que no Brasil há cerca de 3 mil veículos elétricos em circulação.

“O crescimento da demanda é fundamental para gerar a escala necessária para termos produção local de carros elétricos. A tecnologia do carro elétrico tem potencial para estimular a substituição da atual frota, com tremendos efeitos sobre toda a cadeia automotiva, incluindo uma forte geração de empregos”, destaca.

Segundo o executivo, a isenção do IPVA deve ser mais um estímulo para que os paulistanos procurem saber mais sobre o veículo elétrico.

“Os carros elétricos são tão eficientes que o valor gerado pela economia com abastecimento e manutenção chega a cobrir parte significativa de seu financiamento.

Mesmo com o aumento da conta da luz, abastecer um veículo elétrico custa menos que um modelo convencional”, conclui.

Ações da Vale despencam e atingem pior nível desde setembro de 2009

25/08/2015 – Uol.com

As ações da Vale chegaram a perder mais de 5% nesta segunda-feira (24), no menor nível desde setembro de 2009. Segundo analistas, as preocupações com a economia chinesa fazem os papéis da empresa brasileira se desvalorizarem.

Por volta das 16h15, a ação preferencial da Vale caía 4,75%, a R\$ 27,10, sendo a principal influência negativa para a queda do Ibovespa.

Desde que as ações da Vale atingiram seu marco histórico de valorização, em maio de 2008, esses papéis vêm perdendo continuamente seu valor. A Petrobras enfrenta o mesmo problema.

A China é a maior importadora do minério produzido pela Vale. O país está em uma situação financeira delicada, com medidas do banco central chinês para reduzir empréstimos a outros bancos, deixando os investidores preocupados. Uma crise econômica lá faria com que se reduzissem suas importações em geral, incluindo o minério da Vale.

Crise de crédito nos bancos da China afetam Vale

Os preços dos contratos futuros de negociação de aço fecharam em queda nesta segunda na China, porque os investidores estão preocupados com o crescimento do país. Além disso, as turbulências no mercado financeiro chinês podem afetar os setores de mineração e siderurgia.

O banco central da China é reconhecido pelos investidores como uma fonte de empréstimos baratos para financiar o sistema bancário desregulado do país. Os bancos podiam contar com injeções de dinheiro sempre que necessário, para cobrir suas operações arriscadas.

Na semana passada, no entanto, o banco central recusou esse financiamento aos bancos. Durante cinco dias, o BC não fez nenhuma das intervenções que eram esperadas no mercado. Como resultado, os bancos suspenderam os empréstimos entre si, o que provocou uma forte queda nas ações.

O Banco Popular da China afirmou que os bancos comerciais precisam desempenhar melhor a tarefa de administrar o dinheiro.

Diante deste cenário de incerteza sobre o crédito, as siderúrgicas podem se apressar para vender seus estoques de produtos de aço, e as usinas podem racionar a compra de minério de ferro.

Volkswagen atinge marca de 100 mil unidades do Novo Fox produzidas em São José dos Pinhais

25/08/2015 – Gazeta do Povo

A Volkswagen comemorou nesta segunda-feira (24) a marca de 100 mil unidades do Novo Fox produzidas na unidade de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba – o modelo começou a ser fabricado na planta em agosto de 2014, quando foi lançado.

O modelo original Fox começou a ser fabricado em 2003, e é o segundo mais vendido da marca no país e o segundo modelo mais exportado da Volkswagen, totalizando quase 450 mil unidades enviadas a 62 países da Europa, África e América do Norte, América Central e América do Sul.

Planta

Desde a sua inauguração, em 1999, o complexo industrial paranaense já produziu mais de 2,4 milhões de veículos, dos quais mais de 1,8 milhão do modelo Fox.

A fábrica de São José dos Pinhais é considerada uma das mais modernas do Grupo Volkswagen no mundo. A unidade foi construída com um layout diferenciado: as áreas de Armação, Pintura e Montagem Final convergem para o Centro de Comunicação, um prédio triangular onde estão concentrados os escritórios administrativos, jardins de inverno, cafeteria, agência bancária e refeitórios. A unidade paranaense produz atualmente os modelos Volkswagen Novo Fox, Novo CrossFox e Novo SpaceFox, e se prepara para iniciar a produção do Novo Golf.

Interesses da Indústria na América do Sul, em comércio e em investimentos diretos

25/08/2015 – CNI

A CNI produziu um documento síntese e dois estudos sobre os Interesses da Indústria na América do Sul, em comércio e em investimentos diretos. As publicações atualizam estudos elaborados em 2007, fazendo um diagnóstico e identificando elementos para

compor uma agenda de políticas públicas que fomente as exportações e os investimentos das empresas brasileiras na região.

Durante esse período, os países da região passaram por transformações econômicas importantes, e muito diferentes entre si, o que mudou o grau de atratividade de cada economia e, como consequência, os interesses das empresas brasileiras.

Com base em análises de dados, pesquisa com empresas exportadoras e investidoras na região e a validação por meio de um workshop com as associações, o estudo traz recomendações nas áreas de promoção comercial, negociações de comércio, infraestrutura logística, regime tributário para os investimentos no exterior e acordos de investimentos e dupla tributação.

Alguma das conclusões mais importantes são o aprofundamento dos acordos e o maior foco, tanto em negociações quanto em promoção comercial, nos países da América do Sul pertencentes à Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia e Peru).

A CNI enviou e em breve apresentará os estudos para as áreas pertinentes do governo e espera que possam contribuir como insumo para análises, discussões e elaboração de políticas públicas que permitam ao Brasil recuperar o espaço perdido como exportador e investidor e se beneficiar do potencial econômico da região.

Entre nos links abaixo e leiam a síntese dos documentos

[Documento Síntese - Interesses América do Sul - Comércio e Investimento.](#)

[Interesses da Indústria na América do Sul – Comércio.](#)

[Interesses da Indústria na América do Sul – Investimentos.](#)

Taxa de desemprego sobe e fica em 8,3% no 2º trimestre, revela IBGE

25/08/2015 – CNI

A fila de desempregados está aumentando no país. taxa de desocupação no Brasil ficou em 8,3% no segundo trimestre de 2015, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado é maior do que o observado nos primeiros três meses deste ano, quando ficou em 7,9%. No segundo trimestre do ano passado, a taxa de desemprego nacional havia sido ainda menor, de 6,8%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 1.882,00 no segundo trimestre de 2015. O valor é 0,5% menor do que no primeiro trimestre deste ano. O resultado ainda representa alta de 1,4% em relação ao período de abril a junho de 2014.

Já a massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 167 9 bilhões no segundo trimestre deste ano, queda de 0,3% ante os primeiros três meses de 2015 e avanço de 1,6% ante igual período de 2014.

Desde janeiro de 2014, o IBGE passou a divulgar a taxa de desocupação com periodicidade trimestral para todo o território nacional. A nova pesquisa tem por objetivo substituir a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange apenas seis regiões metropolitanas, e também a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) anual,

que produz informações referentes somente ao mês de setembro de cada ano. (Com agências)

Dilma diz que errou ao ter demorado para perceber gravidade da crise econômica

25/08/2015 – O Globo

A presidente Dilma Rousseff admitiu nesta segunda-feira que “talvez” ela e a equipe econômica tenham cometido o erro de demorar a perceber o tamanho da crise. Dilma admitiu que “talvez” fosse o caso de ter adotado medidas corretivas ainda no ano passado, inclusive antes das eleições.

Ela relatou que o governo levou muitos sustos, pois nunca previu uma queda tão brutal da arrecadação. Para a presidente, no cenário econômico internacional “o futuro é imprevisível”.

— Errei em ter demorado tanto para perceber que a situação era mais grave do que imaginávamos. Talvez, tivéssemos que ter começado a fazer uma inflexão antes. Não dava para saber ainda em agosto.

Não tinha indício de uma coisa dessa envergadura. Talvez setembro, outubro, novembro — disse Dilma em entrevista ao GLOBO e aos jornais “Folha de S.Paulo” e “O Estado de S. Paulo”.

Mesmo assim, a presidente defendeu as políticas adotadas ano passado, no período eleitoral. Lembrou que o governo sustentou os investimentos e a taxa de juros de 2,5% ao ano; manteve a desoneração da folha de pagamento no valor de R\$ 25 bilhões; e concedeu subsídios para todos os empréstimos de longo prazo realizados no Brasil (a juros mais baixos).

“PODERIA TER FEITO UMA ESCADINHA”

Dilma acrescentou que, em alguns casos, o governo não voltou atrás, e citou a desoneração da cesta básica. Explicou que adotou uma política para preservar o emprego e a renda, mas que essa política poderia ter sido reduzida gradativamente ao longo do tempo, adotando o que chamou de “escadinha”. Nesse caso, também se justificou:

— O que é possível considerar é que poderia ter começado (a fazer) uma escadinha. Agora, eu nunca imaginaria, ninguém imaginaria que o preço do petróleo cairia de 105 dólares (o barril) em abril, para 102 dólares em agosto, para 43 dólares hoje. A crise começa em agosto, mas só vai ficar grave, grave mesmo, mesmo entre novembro e dezembro (de 2014). É quando todos os estados da Federação percebem que a arrecadação caiu.

Ainda sobre a economia internacional, Dilma disse que “o futuro é imprevisível”. As dificuldades, segundo ela, não ficarão restritas aos exportadores de commodities para a China, pois também afetam os países que exportam máquinas e equipamentos para aquele país. A política de industrialização da China foi acelerada, e todos os países estão perdendo arrecadação.

Nos países que compõem os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), predominava a avaliação de que a crise seria superável, segundo a presidente. Mas, depois do acordo entre Estados Unidos e Irã, que colocará de 2 milhões a 3 milhões de barris de petróleo no mercado internacional, o primeiro-ministro russo Vladimir Putin previu que a renda com o petróleo vai afundar.

— Ninguém podia imaginar — lamentou a presidente.

"LAMENTO PROFUNDAMENTE"

Em relação à Operação Lava-Jato, Dilma declarou que não esperava que petistas e pessoas próximas ao partido estivessem envolvidas no escândalo de corrupção na Petrobras. Ela afirmou que foi pega de surpresa com o escândalo, e que lamenta o que aconteceu. O GLOBO perguntou se Dilma imaginava anteriormente que militantes ou pessoas ligadas ao PT estivessem envolvidas no escândalo da Petrobras:

— Não! — reagiu a presidente.

Questionada se fora completamente surpreendida, confirmou:

— Fui! E lamento profundamente! Posso falar uma coisa. Sou a favor de uma coisa que o Márcio Thomaz Bastos (ex-ministro da Justiça, morto ano passado) dizia. Não esperem que sejam as pessoas a fonte da virtude. Tem que ser as instituições. As instituições é que têm de ter mecanismo de controle. É muito difícil. Integra a corrupção o fato de ela ser escondida, clandestina e obscura.

Dilma não quis falar do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Esquivou-se dizendo que não tem opinião sobre qualquer pessoa. Para a presidente, quanto mais rápidas e efetivas forem as investigações, melhor para o país.

— Prefiro não falar sobre pessoas. Eu estou budista. Hoje sou Dilminha paz e amor — afirmou ela.

Sobre o escândalo na Petrobras, garantiu que ninguém pode interromper o processo em curso no Judiciário e nos órgãos de investigação (Polícia Federal e Ministério Público). Essa postura, diz ela, deve ser mantida mesmo que as investigações afetem a cadeia da indústria de óleo e gás e da construção civil.

— Ninguém pode chegar à Presidência e olhar para processos de corrupção como uma coisa pessoal. Só pode olhar e ver que o país deu um passo e foi para frente. Agora, sou a favor, em qualquer circunstância, do direito de defesa. É isso que torna a democracia forte.

Ao abordar as implicações políticas da crise, Dilma fez uma ironia quando os jornalistas lembraram que o ex-presidente Fernando Henrique sugeriu que ela renuncie ao mandato.

— Sugerir é fácil! Não vou discutir.

A presidente procurou minimizar conflitos com o vice-presidente Michel Temer e o ex-presidente Lula. Afirmou que quem tentar afastá-la de Lula não conseguirá. Disse que foi um desserviço ao país a bomba no Instituto Lula. Fez questão de afirmar também que suas relações com Temer são de lealdade, e que foi um sucesso o trabalho do vice na articulação política, pois foram aprovadas as medidas de ajuste fiscal.

— Temer tem sido de imensa lealdade comigo. Nós tivemos uma primeira fase da articulação política coordenada pelo Temer. Qual é o resultado dessa fase? Um sucesso. Conseguimos aprovar as medidas do reequilíbrio fiscal. E estabelecemos uma relação com o Congresso. A gente perde e a gente ganha no Congresso. Cada vez que a gente perde é uma crise? Não é.

REDUÇÃO DE MINISTÉRIOS

Dilma informou nesta segunda-feira que vai acabar com dez ministérios e que vai reduzir mil cargos de livre provimento ou funções gratificadas. Explicou que o objetivo principal é racionalizar a máquina, mas que também haverá corte de gastos. Pois, se isso não

ocorrer, essas medidas, segundo ela, seriam "demagógicas". Além de ministérios, serão extintas secretarias.

— Tem ministério com número de secretarias que foram sendo ampliadas ao longo dos anos. Então, agora, vamos passar todos os ministérios a limpo — disse a presidente.

Ela se negou a dizer quais as pastas serão fechadas. Explicou que o estudo ainda está sendo concluído. Essa cautela decorre, segundo ela, do fato de que será necessário fazer uma composição política com os partidos. Pois mesmo os que são a favor da redução do número de ministérios podem ter críticas sobre determinadas mudanças.

— Todo mundo é a favor. Todas as torcidas são a favor. Uma reforma dessas não se faz dentro do gabinete, sozinha — explicou Dilma.

Essa redução das pastas, segundo ela, passará também por consultas à sociedade. O governo pretende ouvir os segmentos empresariais afetados pelas mudanças. Uma das metas é racionalizar a máquina e acabar com as sobreposições de funções.

— Minha meta não pode ser irracional — disse a presidente.

O objetivo do governo continua sendo retomar o crescimento, em dois ou três anos, antes das novas eleições presidenciais, em 2018. Segundo Dilma, um dos dados favoráveis nesse sentido é o que ela chamou de "embicamento" da inflação, além das políticas de investimento em logística e energia elétrica.

ESTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

A estabilidade das instituições financeiras do país foi apontada pela presidente como um dos elementos positivos. Mas ela adiantou que as reformas vão continuar. Mudarão o PIS/Cofins e o ICMS, e o governo também quer reduzir gastos obrigatórios. A Previdência Social responde por 55% desses gastos fixos, fruto de ter aumentado a expectativa de vida em 4 anos e meio, nos últimos 13 anos.

Sobre a crise na China, Dilma explicou que a Bolsa chinesa sofreu uma queda grande, e isso se refletiu na derrubada de todas as Bolsas, inclusive de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Austrália.

— Estamos diante de retração do mercado internacional da qual não se sabe a dimensão, não se sabe. Vamos ter de saber lidar com a desaceleração internacional.

Segundo Dilma, o governo tem sido prudente e tem tomado as medidas necessárias para o país enfrentar essa situação. E isso significa aprofundar o equilíbrio das contas públicas. Esse esforço, disse ela, vai ter que ser feito sistematicamente, considerando a situação do mercado internacional.

— Não estou levantando (o tema da) China para falar que amanhã tem uma catástrofe. Não estou dizendo isso — disse a presidente. — Estou dizendo que tem uma situação de desaceleração internacional, e vamos ter que saber lidar com ela.

Não atinge só a nós. Até eu voltar da reunião dos Brics, achava que essa situação era superável. Só não contava com essa queda sistemática. Estava achando que era superada por tudo o que eu sabia, por tudo o que eu escutei.

Ia ter dificuldades, mas você não ia ter uma situação muito difícil. A partir de hoje, eu não sei. Ninguém sabe. Nós temos o interesse de voltar a crescer. Não estou fazendo o reequilíbrio das contas públicas em si.

Brasileiros estão cada vez mais pessimistas sobre inflação, diz FGV

25/08/2015 – Época Negócios

Os brasileiros estão cada vez mais pessimistas em relação à inflação, afirmou o economista Pedro Guilherme Costa Ferreira, pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em agosto, os consumidores declararam esperar aumento de 10% nos preços pelos próximos 12 meses.

É a primeira vez que a expectativa atinge dois dígitos em dez anos de pesquisa, segundo a instituição. "As pessoas estão cada vez mais pessimistas, o que me leva a crer que a expectativa vai continuar no patamar de 10% por algum tempo", disse o pesquisador.

A percepção de que o bolso está menor atinge desde a classe de renda mais baixa até as que ganham mais de R\$ 9,6 mil mensais. As estimativas das famílias atingiram uma homogeneidade inédita e estão entre 10% e 10,1%. Geralmente, a baixa renda costuma apontar um aumento de preços mais intenso.

A piora ainda vai na contramão dos analistas de mercado, que revisaram para baixo a perspectiva para o IPCA neste ano, segundo o Boletim Focus divulgado hoje.

"As medidas que estão sendo tomadas pelo Banco Central estão ancorando (as expectativas) pelo lado do mercado, mas o consumidor não cria um modelo na cabeça dele que impute a variável Selic. O modelo dele tem a renda e os preços do dia a dia", explicou o economista.

Segundo Ferreira, a queda na renda e o aumento em preços como energia elétrica e alimentos, que consomem uma fatia considerável do orçamento dos consumidores, contribuem para a sensação de que o dinheiro está mais curto - conseqüentemente, a inflação parece mais elevada. A inflação atual também ajuda a criar essa percepção. Hoje, o IPCA, índice oficial de inflação, acumula alta de 9,56%.

Sebrae estuda possibilidade de se tornar sócio de empresas inovadoras

25/08/2015 – Agência Brasil

A diretora técnica nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Heloisa Menezes, disse que a instituição finaliza um estudo sobre a possibilidade de se tornar investidora em alguns fundos de empresas inovadoras.

"Há possibilidade de, a partir de 2016, o Sebrae atuar também como possível investidor em fundos de empresas inovadoras e, dessa forma, em vez de subsidiar, ser sócio de alguns empreendimentos inovadores", disse ela à **Agência Brasil** na noite de ontem (24), durante a 15ª Conferência Anpei de Inovação Tecnológica. Organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), o evento ocorre até o dia 26 em Cabo de Santo Agostinho (PE).

Segundo a diretora nacional do Sebrae, a ideia é amenizar as dificuldades que as empresas encontram para obter crédito em instituições financeiras. "Inovar é correr risco. É participar. O mercado bancário cria dificuldades porque inovação é uma atividade de risco, e bancos têm aversão a riscos."

"Ao nos tornarmos um investidor a mais [dos fundos de investimentos dessas empresas], não só faremos um acompanhamento maior do trabalho de assessoria continuada, compartilhando o conhecimento que temos, como também participaremos das decisões da empresa", acrescentou.

A novidade foi bem recebida pelo presidente da Anpei, Gerson Valença Pinto. "O Sebrae desempenha papel importante de transformar pequenos e médios negócios, pela capilaridade que tem. Ao sinalizar com essa possibilidade, favorece [uma aproximação entre] o espírito empreendedor e a inovação. [Isso] só tende a fortalecer essas empresas."

Análise de portfólios

De acordo com a diretora do Sebrae, a finalização da proposta depende ainda de uma análise que está sendo feita nos *portfólios* das empresas com o perfil desejado. "Fechando esses trabalhos, vamos apresentar à diretoria e ao conselho do Sebrae os *portfólios* de gestão dos fundos mais interessantes. Isso deve ser feito ainda este ano", informou Heloisa.

A expectativa é que, caso seja aprovada ainda em 2015, a proposta comece a ser implementada em 2016. "Estou otimista porque essa ideia está aliada à ambiência de atuação do Sebrae."

Minério vive fase de estabilidade

25/08/2015 – Valor Econômico

O minério de ferro conseguiu se manter imune às turbulências dos mercados nas últimas semanas, geradas principalmente após a China permitir a desvalorização do yuan. Enquanto o petróleo e as commodities metálicas vem caindo diante das incertezas da economia mundial, o minério se manteve na casa dos US\$ 56 a tonelada.

Na opinião de Melinda Moore, analista da área de commodities do Standard Bank, existe um equilíbrio entre oferta e demanda que mantém os estoques na China dentro de padrões que ajudam a segurar a cotação. E, na opinião dela, não há expectativa de carregamentos relevantes à China, o que pode continuar segurando a cotação do insumo.

Melinda afirma que uma mudança nesse cenário deve ocorrer quando os estoques em portos chineses ultrapassarem as 85 milhões de toneladas, o que é aguardado até o fim do ano. Atualmente, a média de estocagem da commodity na China encontra-se em 81 milhões de toneladas. A analista diz que nos próximos 15 dias os carregamentos previstos para o gigante asiático não são altos o suficiente para impulsionar esses volumes, então vendas mais significativas só seriam realizadas próximo ao fim de setembro.

Na sexta-feira, o minério com teor de 62% de ferro, referência do mercado e negociado no porto chinês de Qingdao, fechou em US\$ 56,10 por tonelada. A alta, frente ao dia anterior, foi de 0,5% e no acumulado do mês de agosto, chega a 6%. A trajetória contraria as projeções de analistas, que esperavam patamar mais perto de US\$ 45 neste trimestre.

Mas Ben McEwen, do Canadian Imperial Bank of Commerce (CIBC), especialista na commodity, afirma que a perspectiva continua de queda. "Me surpreendeu essa resistência dos preços nas últimas semanas. Mas eu já antecipo um enfraquecimento daqui para frente", disse. Um dos principais motivos que impede o cenário de sobrecapacidade foi o acidente no porto de Tianjin, também na China, explica o analista.

Além disso, com nível acima de US\$ 50 por tonelada persistindo durante um período mais longo de tempo, as produtoras chinesas de mais alto custo podem voltar a colocar seu produto no mercado doméstico, disse McEwen. O analista pondera que não há dados suficientes que comprovem o movimento ainda, mas acrescenta que pequenas mineradoras australianas começam a fazer o mesmo.

Melinda classifica o ambiente no curto prazo como balanceado, em termos de oferta e demanda, se forem considerados os preços atuais do insumo. Mas como as grandes mineradoras já sinalizaram que não vão aliviar no lado da capacidade, a tendência é que o desequilíbrio volte a se intensificar, diz Carsten Menke, do banco suíço Julius Baer.

A maioria dos analistas manteve as projeções para o fim de 2015 e para o ano que vem, em patamares entre US\$ 40 e US\$ 45 a tonelada, o que confirmaria que a estabilidade deve ser temporária.

Montadoras param produção em setembro

25/08/2015 – Valor Econômico

Como o mercado segue sem dar qualquer sinal de retomada, as montadoras voltarão a parar a produção no mês que vem. Enquanto a fábrica da General Motors (GM) no Rio Grande do Sul e a Mitsubishi programam mais três semanas de férias coletivas, a Iveco decidiu suspender, também a partir de setembro, a produção de caminhões pesados, uma vez que tem estoque para abastecer o mercado até o fim do ano.

Também para ajustar os estoques, a Mitsubishi informa que já está antecipando as férias de fim de ano. O recesso vai de 14 de setembro a 3 de outubro, na segunda paralisação em pouco mais de dois meses na fábrica da Mitsubishi, onde são montados os utilitários esportivos Pajero e ASX, assim como a picape L200 Triton e o sedã Lancer. Em julho, a marca já tinha dado dez dias de férias coletivas, após demitir 179 funcionários, sendo 29 dentro de um programa de desligamentos voluntários.

No parque industrial da GM em Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, o pessoal, tanto das áreas de produção como dos departamentos administrativos, será liberado no feriado de 7 de setembro (Dia da Independência) e só volta no dia 28.

Por sua vez, a Iveco, que já tinha concedido férias em junho e julho, fechou na semana passada acordo para suspender os contratos de trabalho –ferramenta conhecida como "layoff" – dos aproximadamente 300 operários do setor responsável pela produção de caminhões pesados, segmento da indústria automobilística que mais perde vendas neste ano.

Balanco da Anfavea, entidade que representa as montadoras instaladas no país, mostra que os caminhões pesados – capazes de transportar mais de 45 toneladas, incluindo o peso do veículo – estão vendendo 61,1% menos do que em 2014. Incluindo na conta os demais segmentos, as vendas da indústria de caminhões caem 43,1% em 2015.

O "layoff" na Iveco, aprovado em assembleia dos metalúrgicos na terça-feira, começa em 16 de setembro e manterá os operários afastados da produção de pesados por até cinco meses. Nesse período, eles terão parte dos salários, R\$ 1,4 mil, custeada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e vão passar por cursos de reciclagem profissional financiados pela empresa. Se preciso, a montadora poderá reintegrar o grupo e retomar a produção da linha pesada antes do prazo.

A Iveco, contudo, adianta que, se levado em conta o ritmo atual, seus estoques são suficientes para suprir o mercado até, pelo menos, dezembro. As demais linhas do complexo da marca em Sete Lagoas (MG), que também produz caminhões leves, médios e o furgão Ducato, seguem com a produção normal. Com queda de 18% até julho, a produção de veículos no país cai em 2015 para o patamar mais baixo em nove anos.

Além da fraca demanda – a menor desde 2007 –, as fábricas não podem aumentar o ritmo das linhas de montagem porque os estoques estão acima do normal. No fim de

julho, o encalhe nos pátios de montadoras e concessionárias beirava 345 mil unidades, uma quantidade que o mercado leva 45 dias para consumir. O ideal seria um giro próximo de 30 dias. Na semana passada, a produção parou nas fábricas da Volkswagen e da Ford no ABC paulista.

Hoje, 3 mil funcionários de áreas de produção da Fiat em Betim (MG) entram em férias de 20 dias. Em Jacareí, no interior paulista, os operários da montadora chinesa Chery estão em férias desde a última segunda-feira. Só voltam em 8 de setembro.

A Volkswagen também têm férias previstas em São José dos Pinhais, no Paraná, onde produz o modelo Fox. O número de operários atingidos, contudo, ainda não foi definido. Segundo o sindicato dos metalúrgicos da região, a companhia já definiu que vai dar férias aos 570 empregados que têm retorno de "layoff" marcado para o mês que vem, adiando o retorno deles em 20 dias.

Mas, conforme informa a entidade, a Volks poderá estender a parada aos demais operários do complexo, exceção feita à linha que começa a montar, em setembro, os carros da Audi, marca do mesmo grupo e que compartilha o parque paranaense. No complexo da Mercedes-Benz que produz caminhões e ônibus em São Bernardo do Campo, no ABC, uma greve poderá ser deflagrada hoje contra as demissões da empresa.

Na sexta-feira, operários da montadora começaram a receber telegramas com avisos sobre o encerramento de seus contratos. O número de demitidos ainda não é conhecido, embora já tenha sido divulgado o excesso de pessoal na unidade: 2 mil pessoas, ou 20% do efetivo.

A mobilização em oposição ao corte será decidida em assembleia na manhã desta segunda-feira com o pessoal que regressa do período de licença remunerada que parou a fábrica da Mercedes nos últimos 17 dias. Já em São José dos Campos, no interior paulista, sindicato e GM chegaram a um acordo para anular 798 demissões e encerrar a greve que paralisou a montadora nas duas últimas semanas.

Atividade industrial brasileira permanece fraca, aponta CNI

25/08/2015 – Valor Econômico

O nível de atividade da indústria permaneceu fraco em julho, apontou levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice que mede a evolução da produção se situou em 44 pontos no período, após marcar 40,3 pontos em junho. Apesar desse aumento, a leitura ainda está abaixo de 50 pontos, que expressa queda da produção industrial.

No caso do emprego industrial, o índice registrou leve alteração, indo de 40,7 pontos em junho para 40,8 pontos em julho.

De acordo com o relatório da CNI, o nível médio de utilização da capacidade instalada (UCI) alcançou 66% em julho, 1 ponto percentual acima do registrado em junho, mas ficou 4 pontos percentuais menor do que os 70% registrados em julho de 2014.

Os estoques da indústria recuaram em julho, para 50,7 pontos. Este nível é menor que o registrado em junho (52,1 pontos), mas ainda acima da linha divisória de 50 pontos, que indica excesso de mercadorias armazenadas.

Com relação ao futuro, a CNI observa que, "apesar da aproximação de um período de atividade mais favorável, as perspectivas das firmas sobre demanda e compras de matérias-primas seguem inalteradas em agosto, mostrando pessimismo". "A expectativa

de evolução do número de empregados também permanece pessimista, ainda que em menor intensidade que no mês anterior", acrescenta em relatório.

Para FGV, economia pode recuar 3% este ano

25/08/2015 – O Estado de S. Paulo

A retração na economia brasileira este ano teve mais uma confirmação ontem, com a divulgação dos números do IBC-Br, indicador do Banco Central que mede a atividade econômica. O índice apontou para uma queda 1,89% na economia no segundo trimestre. No primeiro trimestre, o IBC-Br já havia apontado um recuo de 0,88%. O número oficial do PIB no segundo trimestre será divulgado pelo IBGE na semana que vem.

Todos os meses, o BC também revisa os números antigos, com base em informações mais atualizadas. Com isso, pôde-se perceber ontem que a tendência de queda no PIB já era vista desde o último trimestre de 2014 em relação ao período de julho a setembro do ano passado (-0,45%).

Os números divulgados pelo BC motivaram uma mudança, para pior, nas projeções de economistas para o desempenho do PIB no segundo trimestre. Pesquisa feita com 17 instituições pelo serviço AE Projeções, após a divulgação do IBC-BR, mostra que as estimativas ficaram em queda de 1,2% a 2,1% em relação ao primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2014, as previsões foram de declínio entre 0,8% e 3,1%.

Em relação ao desempenho do PIB no ano, por ora, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) estima uma queda 2,2%, além de recuo de 0,1% para 2016. Mas a piora do quadro econômico deverá levar a uma revisão desses números. Para 2015, a projeção será revista para uma recessão de 2,5% a 3%.

"A gente sabia que o segundo trimestre teria dados negativo, mas os números do terceiro trimestre estão se mostrando piores (do que o esperado)", disse Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Ibre.

O economista chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, acredita que a atividade doméstica continuará em contração nos próximos meses, ainda que de maneira mais branda. "O segundo trimestre é o fundo do poço, mas as quedas vão continuar no terceiro trimestre. Sem dúvida, porém, esta foi a pior queda", salientou ontem, em Brasília.

O cenário da instituição é de recuo do PIB de 2,3% este ano e de 1% no ano que vem. Até o encerramento de 2016, o Itaú prevê apenas dados trimestrais negativos, com uma pausa nos últimos três meses no próximo ano, quando deverá ser vista uma estabilidade.

Governo vai propor alta de tributos em 2016

25/08/2015 – O Estado de S. Paulo

A proposta orçamentária para 2016, que o governo vai encaminhar ao Congresso até o dia 31 deste mês, prevê um forte aumento de impostos, propostas de redução de algumas despesas obrigatórias e a manutenção do gasto discricionário no mesmo nível do realizado em 2015.

O governo decidiu trabalhar com uma previsão de crescimento "modesto" da economia no próximo ano, embora o mercado já projete recessão, e de uma inflação convergindo para o centro da meta, de acordo com fontes credenciadas da área econômica.

O Ministério da Fazenda preferia que, em um primeiro momento, fosse dada maior ênfase ao controle das despesas e, se necessário para fechar o Orçamento e obter a meta fiscal, apelar para o aumento de receitas. Os técnicos alertam para a "intolerância do Congresso contra aumentos de impostos". Mas a presidente Dilma Rousseff optou por uma linha mais branda de corte de despesas e mais ênfase em elevação dos tributos.

Junto com a proposta orçamentária, o governo também vai submeter aos parlamentares o Plano Plurianual (PPA), no qual definirá as prioridades para os próximos quatro anos. A ideia é apresentar uma espécie de agenda do que será feito para "reestruturar o gasto" público, para melhorar o ambiente de negócios e para aumentar a segurança jurídica dos contratos.

A agenda abrangerá três grandes temas. No primeiro deles, o governo se comprometerá com medidas na área tributária, como a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do PIS/Cofins. O objetivo é simplificar a tributação, acabar com a chamada "guerra fiscal" entre Estados e municípios e dar segurança jurídica aos investimentos já realizados com incentivos baseados no ICMS.

O segundo grande tema trata de medidas que darão maior agilidade e segurança aos investimentos em infraestrutura, que serão sustentados por concessões a serem realizadas ao longo do próximo ano. O governo pensa em adotar, principalmente, duas medidas. Uma delas é a criação do mecanismo de "fast track" para o licenciamento ambiental de obras de infraestrutura.

Apesar das mudanças feitas no primeiro mandato de Dilma, que buscaram reduzir prazos, os empresários ainda se queixam da morosidade e falta de critérios definidos em lei para a obtenção das licenças ambientais. As maiores reclamações se dirigem às autarquias que têm poder de opinar no licenciamento, como a Funai e o Iphan.

Outra medida está voltada a dar maior segurança aos contratos de concessão, informaram as fontes. O objetivo é revisar a legislação para dar mais agilidade à análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, de forma a minimizar os chamados riscos não gerenciáveis dos projetos, que decorrem de decisões governamentais.

Por fim, a agenda trata do que está sendo chamado de "pilar fiscal". Nesse caso estão a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que subiria dos atuais 20% para 30%, e de outras medidas de redução de despesas. A Fazenda queria avançar no controle dos gastos, mas não conseguiu.

Chegou a defender que o governo apresentasse uma proposta de idade mínima para requerer aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS)., mas Dilma deseja que a mudança na Previdência seja discutida com as centrais sindicais antes da formalização da proposta do governo.

A proposta orçamentária para 2016 será feita com a previsão de crescimento da economia em 2016. Outras fontes oficiais disseram que o governo federal deve trabalhar com crescimento de 0,5% para o Produto Interno Bruto (PIB).

Embora modesto, é uma previsão otimista para 2016, pois a maioria dos analistas ouvidos pelo boletim Focus, editado pelo Banco Central, trabalha com a previsão de recessão. Até agora, o governo afirmava que adotaria os mesmos parâmetros macroeconômicos do Focus.

Na avaliação oficial, a economia brasileira já está se reequilibrando, depois das medidas adotadas, da mudança dos preços relativos, da redução de subsídios, do controle das despesas públicas e da menor intervenção governamental.

O principal indicador dessa reação, de acordo com essa análise, é a redução do déficit em conta corrente. "O sinal para a economia está funcionando, embora ela ainda esteja em slow motion (câmara lenta)", disse uma fonte. "Mas isso decorre das incertezas políticas."

Para fechar o Orçamento de 2016, o governo pretende rever as regras de alguns programas, principalmente nas áreas previdenciária e assistencial, como por exemplo a concessão de benefícios por invalidez e auxílios-doença.

"Só a Grécia tem mais inválidos que o Brasil", disse uma fonte. O objetivo também é rever as metas de programas de governo, como o Ciência sem Fronteiras e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Empresários do setor de importação de máquinas se manifestam contra o mercado brasileiro

25/08/2015 – Intelog. Net

Os importadores do setor de bens de capital (que inclui máquinas), dependentes dos fabricantes nacionais, diminuíram drasticamente suas vendas e compõem o rol dos estão sofrendo com a crise no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria brasileira opera 12,2% abaixo do pico histórico, atingido em junho de 2013. Isso aconteceu devido a ausência de demanda, que freou a produção.

O diretor presidente da Trumpf do Brasil (empresa fabricante de máquinas-ferramenta, tecnologia laser e eletrônica), João Carlos Visetti, comenta que a falta de confiança e a completa ausência de sinais de melhora têm contribuído para o desemprego. "A primeira coisa que a indústria corta em tempos de dificuldades são os investimentos. Dentro da atual conjuntura, o setor sofre muito, e torna-se necessário fazer os ajustes para se adaptar a realidade do mercado".

A necessidade de reduzir custos e enxugar a estrutura para poder driblar a crise fez com que a Bener (distribuidora multimarcas de máquinas-ferramenta importadas) reduzisse seu quadro de funcionários.

De acordo com o diretor técnico da empresa, Ricardo Lerner, a empresa trabalha com 30% de sua capacidade, o que causa tem causado um cenário de incertezas por lá. "Não se sabe quanto tempo a crise pode durar e se quem ainda está saudável vai continuar saudável, sem perspectivas de quando o mercado vai retornar", esclarece Lerner.

"A paralisia é tão grande, que já chegou ao consumo das famílias", menciona o diretor geral da Junker do Brasil (mercado de fabricação de retíficas de alta velocidade), Dirk Hüber. Para ele, esse é um grande problema porque, se nada for feito, acaba virando uma bola de neve: a produção para porque ninguém está comprando, e como ninguém está comprando e a produção está parada, começam as demissões.

Desafios de ser importador no Brasil

A batalha diária para manterem-se vivos durante os momentos de crise é um desafio constante para os empresários.

Os impostos e a variação cambial contribuem para inibir o mercado, já que o dólar aproxima-se dos R\$ 3,50. O diretor da Makino do Brasil (indústria japonesa do ramo de usinagem CNC de alta tecnologia), Carlos Eduardo Ibrahim, explica que os empresários estão em busca de produtos de última geração para fabricar suas peças, itens que são apenas vendidos no exterior.

Entretanto, houve um aumento nos impostos de importação de importação em 20% para uma família de máquinas de usinagem e, somados às outras taxas, esses números chegam a 55%. Isso acaba desmotivando qualquer um que esteja atrás de tecnologia e derruba o mercado do setor.

"Os empresários estão com medo de investir! Hoje, eles preferem correr o risco de perder o serviço e continuar na morosidade por conta da insegurança econômica", diz Ibrahim. O diretor da Makino assegura que, em 25 anos de atuação no comércio de máquinas, nunca se deparou com um mercado tão escasso quanto em 2014 e 2015.

No caso da Trumpf, a conversa com a matriz de que o mercado e as regras brasileiras são particularmente únicas. "Sempre digo que as normas mudam sem aviso prévio, e que nem sempre o preto é preto e o branco é branco, pois muitas coisas são passíveis de interpretação tanto no campo normativo, vide a NR-12, como no campo fiscal", menciona Visetti.

Perspectivas do setor

Acompanhando o cenário nacional, com a política econômica como está, os empresários se veem sem perspectivas. A Trumpf encerrou o ano fiscal em 30 de junho e, pela primeira vez desde 2010, sofreu com queda de 30% em sua receita.

Ricardo Lerner, da Bener, comenta que, enquanto não existir uma política concreta, séria e direcionada aos verdadeiros problemas que enfrenta, o país vai continuar parado. Dirk Hüber, da Junker, salienta que a indústria essa crise começou há 8 meses e que a indústria está certa quando pede soluções ao Governo e o Governo deveria ouvir os apelos da indústria o mais rápido possível. "Ninguém vê perspectivas de mudança no curto prazo. Algo tem que ser feito rapidamente, porque quando o ciclo de retomada da indústria não é imediato", elucida.

O diretor da Makino do Brasil é enfático ao tratar-se do futuro da economia do setor em 2016. "Nosso objetivo é sobreviver, já que dependemos de nossas matrizes. Se não recebêssemos um aporte financeiro de fora, não estaríamos vivos", finaliza Ibrahim.

Confiança do consumidor cai 1,7% em agosto ante julho, para 80,6 pontos, diz FGV

25/08/2015 – EM.com

A confiança do consumidor recuou 1,7% em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal, informou na manhã desta terça-feira, 25, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) fechou o mês em 80,6 pontos, o menor nível da série histórica, iniciada em setembro de 2005. Em julho, o indicador havia cedido 2,3% contra junho.

"Os consumidores estão cada vez mais pessimistas em relação ao futuro da economia. A mediana de inflação projetada para os próximos 12 meses atingiu 10% em agosto, e as perspectivas para o mercado de trabalho é uma das piores dos últimos 10 anos. Esses fatores vêm afetando negativamente as decisões de consumo das famílias", avalia a economista Viviane Seda, coordenadora da Sondagem, em nota oficial.

O resultado de agosto foi influenciado principalmente pela perspectiva sobre o futuro. O Índice de Expectativas (IE) recuou 0,9%, de 86,5 pontos para 85,7 pontos. Já o Índice de Situação Atual (ISA) subiu 0,3%, ao passar de 71,2 pontos para 71,4 pontos, resultado considerado estabilidade pela FGV.

Na comparação de agosto contra igual mês de 2014, o ICC recuou 0,1%. O índice, calculado dentro de uma escala de pontuação de até 200 pontos (quanto mais próximo de

200, maior o nível de confiança do consumidor), está desde novembro do ano passado abaixo dos 100 pontos, zona considerada desfavorável. Já a média histórica, que considera os últimos cinco anos, está em 110,9 pontos.

Segundo a FGV, o levantamento abrange amostra de mais de 2,1 mil domicílios em sete capitais, com entrevistas entre os dias 01 e 20 deste mês.

Desemprego no segundo trimestre de 2015 tem a maior taxa desde 2012

25/08/2015 - G1

A taxa de desemprego subiu no segundo trimestre deste ano e chegou a 8,3%, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)). É maior taxa da série histórica, que teve início em 2012. No primeiro trimestre deste ano, o índice foi de 7,9%. Já no segundo trimestre de 2014, a taxa foi de 6,8%.

De acordo com o IBGE, a população desocupada, de 8,4 milhões de pessoas, subiu 5,3% frente ao primeiro trimestre e, ante o 2º trimestre de 2014, o avanço foi de 23,5%.

Já o nível da ocupação (que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar) foi estimado em 56,2% no 2º trimestre, permanecendo estável frente ao trimestre anterior e apresentando queda em relação ao 2º trimestre do ano passado, quando foi de 56,9%.

A população ocupada foi estimada em 92,2 milhões, estável frente ao primeiro trimestre e ao mesmo período de 2014. Segundo o IBGE, 78,1% dos empregados no setor privado tinham carteira de trabalho assinada, percentual estável em relação ao trimestre anterior e a igual trimestre de 2014.

Segundo o IBGE, a pesquisa mostrou aumento da procura por trabalho, 421 mil pessoas no trimestre, em comparação com o trimestre anterior, e 1,6 milhão em relação ao segundo trimestre de 2014.

A Pnad Contínua apontou ainda redução do contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, queda de 157 mil em relação ao trimestre anterior e 971 mil em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

A análise mostrou ainda crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria na população ocupada, 293 mil em relação ao trimestre anterior e 989 mil, em comparação com o segundo trimestre do ano passado.

Os números fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que substitui a tradicional Pnad anual e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). São investigados 3.464 municípios e aproximadamente 210 mil domicílios em um trimestre, informou o IBGE.

Nível de instrução

Segundo a pesquisa, a taxa de desocupação entre as pessoas com ensino médio incompleto era maior do que a verificada nos demais níveis de instrução, chegando a 13,8%. Entre o grupo de pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi de 9,7%, "mais do que o dobro da verificada para aqueles com nível superior completo (4,1%)".

Por gênero e idade

Há diferenças significativas na taxa de desocupação entre homens e mulheres. A taxa de desemprego foi estimada em 7,1% para os homens e em 9,8% para as mulheres. A taxa

de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, de 18,6%, apresentou patamar elevado em relação à taxa média total (8,3%).

Regiões

No segundo trimestre, a região Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de desocupação, de 10,3%, e a região Sul, a menor, atingindo 5,5%.

Em relação ao mesmo período de 2014, a taxa de desocupação cresceu em todas as regiões: Norte (de 7,2% para 8,5%), Nordeste (de 8,8% para 10,3%), Sudeste (de 6,9% para 8,3%), Sul (de 4,1% para 5,5%) e Centro-Oeste (de 5,6% para 7,4%). Entre as unidades da federação, Bahia teve a maior taxa (12,7%) e Santa Catarina, a menor (3,9%).

Rendimentos

No segundo trimestre, o rendimento médio real (todos os ganhos recebidos no mês) de todos os trabalhadores ocupados foi estimado em R\$ 1.882 – 1,4% maior em relação ao mesmo período do ano passado, que foi de R\$ 1.855, porém estável (leve alta de 0,5%) na comparação com o trimestre anterior, que foi de R\$ 1.892.

Câmara vota projeto de lei que amplia enquadramento de empresas no Supersimples

25/08/2015 – G1



Aprovado há quase dois meses na comissão especial criada para tratar dos novos limites de enquadramento do Supersimples, o Projeto de Lei (PL) 25/07 deve ser votado nesta semana na Câmara dos Deputados. O texto, que tem quase 30 outras propostas apensadas, aumenta de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual para microempresas e amplia de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o limite para enquadramento de negócios como pequenas empresas.

A mudança no Estatuto da Micro e Pequena Empresa inclui ainda os fabricantes artesanais de cervejas especiais e pequenos produtores de cachaças, licores e vinhos no Supersimples. O regime unifica tributos a partir de uma alíquota diferenciada e menor do que a cobrada das grandes empresas, caracterizando-se como um atrativo para a legalização de pequenos negócios.

Na última semana, o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif, chegou a se reunir com o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para pedir apoio e garantir que a proposta seja incluída na pauta de votações do plenário. Afif ainda defendeu a redução de faixas de tributação do sistema, para contornar o receio de empresários em pular de faixa para evitar a perda dos benefícios do regime tributário especial.

O relator do PL na comissão especial, deputado João Arruda (PMDB-PR), aposta que mais de 90% das empresas do país optem pelo regime do Supersimples caso o aumento dos

limites seja aprovado. Além do aval dos deputados, em plenário, o projeto ainda precisa ser votado no Senado.

As micro e pequenas empresas também esperam que esta semana a Câmara decida sobre a proposta que cria as Sociedades de Garantia Solidária (SGS) – instituições financeiras que podem aprovar empréstimos, concedendo garantias aos sócios participantes. O texto do PL 106/11 estabelece número mínimo de 100 integrantes para cada SGS, capital de R\$ 200 mil e a participação máxima individual de 5% do capital social.

No plenário, deputados também tentarão votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 471 que garante titularidade aos substitutos ou responsáveis por cartórios de notas ou de registro que estavam em atividade em 1988, quando a Constituição passou a exigir concurso público para o cargo.

A pauta de votações também incluí o Projeto de Lei 10/2015 que prevê benefícios para incentivar empresários a pagar parte dos planos de seguros para os empregados. O texto entrou na pauta da última semana, mas a votação foi adiada por falta de consenso.

A crise atual será desperdiçada?

25/08/2015 –O Estado de S. Paulo

Sob a coordenação do professor Fernando Homem de Mello, participei na Fipe de um interessante seminário em torno da seguinte reflexão: "O Brasil não pode desperdiçar a crise atual".

O competente expositor, Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco, tomou uma posição clara, descrevendo a crise como aguda e suficientemente forte para levar o governo, a classe política e os agentes econômicos a avançarem em temas decisivos para o futuro do País. Ele acha que é nos momentos de crise aguda que se promovem mudanças e reformas - dificilmente implementadas em condições de normalidade.

O que está em jogo, segundo Octavio de Barros, é permitir que o País ao final de 2016 e em 2017 possa avançar para bem além de uma mera recuperação cíclica que irá certamente ocorrer.

Para ele, muito mais importante do que perseguir obcecadamente o superávit primário que estabiliza a relação dívida/PIB, "tirando leite de pedra" em um contexto de forte recessão, seria construir uma nova governança orçamentária com limitação quantitativa da expansão do gasto público total pelo crescimento do PIB nominal. Com isso, a superação das incertezas fiscais seria facilitada. Fazer superávit primário deixaria de ser "uma batalha morro acima".

Quatro agendas foram propostas: "agenda da governança orçamentária" (limitação de gastos por lei e foco na qualidade do gasto), "agenda da produtividade" (doing business, trabalhista, tributária, abertura e educacional), "agenda do aumento da potência da política monetária" (redução forte do dualismo do mercado de crédito e menor indexação e, gradualmente menor meta de inflação) e "agenda da infraestrutura" (BNDES focado, segurança jurídica e papel protagônico do setor privado).

O economista acrescentou que a dramaticidade da crise atual já provocou algumas mudanças (seguro-desemprego, pensão por morte, reoneração da folha, eventualmente novas regras de aposentadoria, etc.) e poderá precipitar reformas mais amplas a partir de 2016.

Apesar de o expositor ter insistido em que essas quatro agendas favorecem, ainda que não determinem, um cenário mais promissor, alguns colegas exibiram ceticismo,

sugerindo que o ambiente político impossibilitará reformas e avanços. O contra-argumento de Octavio de Barros é o de que o Brasil não tem nenhum problema que mereça ser classificado como insolúvel e que é sim possível costurar uma agenda mínima de real interesse do País.

Lembrei que, no mercado de trabalho, a situação já é grave. Em dois anos saímos de um "apagão de mão de obra" para um "apagão de empregos". Com raras exceções, os empresários estão pessimistas, com muito estoque, poucos pedidos em carteira e enorme capacidade ociosa. Uma eventual retomada da atividade usará a referida ociosidade, sem gerar um "boom" de empregos. Tudo indica que a crise de emprego se arraste por dois anos.

Será que esse sofrimento se transformará efetivamente em um mobilizador das necessárias reformas nos campos tributário, previdenciário, regulatório e trabalhista? Vejam, por exemplo, o caso da indexação salarial. Passamos por todas as crises e planos econômicos e essa doença continua ativa. São raríssimas as negociações salariais com base em ganhos de produtividade e a tendência da Justiça do Trabalho, com ou sem recessão, é sempre de decidir pelo reajuste dos salários pela inflação passada.

Será que os atuais 7,5% de desemprego serão suficientes para mudar essa mentalidade? Um PIB negativo de 2,5% afastará os que buscam no Estado os remédios para a sua ineficiência? Os parlamentares promoverão a reforma previdenciária?

Octavio de Barros está certo quando diz que esta crise não pode ser desperdiçada. Mas, para tanto, o País precisa de governantes estadistas que coloquem os interesses da Nação acima dos interesses corporativos de grupos privilegiados. Não é o que temos hoje.

(José Pastore- Professor da FEA-USP, é presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.

Empresas recorrem à gestão interina para enfrentar crise

25/08/2015 –Portal Contábil

O empresário Christian Bennecke, seu pai e avô já driblaram diferentes crises econômicas para manter as portas abertas da Corneta, fabricante de ferramentas e autopeças criada pelo avô de Bennecke. Mas, desta vez, ele pediu ajuda. Para salvar a empresa, o empresário bateu às portas da consultoria de gestão Naxentia em dezembro passado e contratou executivos interinos para tocar o negócio e arrumar a casa.

A Corneta é uma empresa octogenária, que começou seus negócios no Brasil com uma fábrica na Avenida Turiaçu, em São Paulo, ao lado do estádio Palestra Itália, do Palmeiras.

Alguns funcionários subiam no telhado da fábrica para fazer pirraça com os jogadores do time, prática que deu origem à expressão "corneteiro", usada até hoje no futebol. Ao longo dos anos, a fábrica mudou para Osasco e o negócio de ferramentas foi perdendo espaço para a produção de autopeças, especialmente para o segmento de motos, que hoje representa 90% da receita da companhia.

Com a queda da venda de motos nos últimos anos, a Corneta sofreu junto. Sua receita vinha encolhendo e, sem conseguir cortar os custos na mesma proporção, a empresa ficou no vermelho. "Se continuássemos nesse ritmo de perdas, iríamos caminhar para a recuperação judicial", admitiu Bennecke.

Os acionistas chegaram a abrir um processo seletivo para recrutar um CEO para a companhia, mas acabaram optando por contratar uma consultoria para fazer a gestão interina da empresa.

"Os head hunters (recrutadores) nos apresentaram bons candidatos. Mas entendemos que precisamos de uma solução multidisciplinar, com vários executivos em frentes diferentes. Não acredito que um CEO super-herói vá salvar a empresa", disse o empresário.

Desde dezembro, a Corneta tem três executivos da consultoria Naxentia no comando – um CEO, um diretor financeiro e um executivo para a área de controles internos (controller). A missão deles é retomar a rentabilidade da empresa.

Assim como a Corneta, diversas empresas tiveram de buscar ajuda para se ajustar à crise. De acordo com oito consultorias que oferecem o serviço, consultadas pelo Estado, como Galeazzi & Associados, McKinsey, Corporate Consulting, Strategos e Alvarez&Marsal, a demanda pela gestão interina cresceu significativamente este ano.

Segundo as consultorias, os principais clientes são empresas familiares com prejuízos e problemas de liquidez. E há demanda generalizada pelo serviço, com destaque para o setor industrial, especialmente as empresas de autopeças, máquinas e equipamentos e construção civil.

Ajuste de contas. Desde que assumiu o comando da Corneta, a equipe da Naxentia teve de demitir e elevar preços, além de renegociar com fornecedores. "O foco é resultado. O contexto exige que a empresa se adapte e enxugue a operação", disse o consultor da Naxentia e atual presidente da Corneta, Oswaldo Cochrane.

Nos tempos áureos de vendas de motos aquecidas, a Corneta faturava R\$ 100 milhões e tinha quase 600 funcionários. Hoje a empresa tem 400 pessoas e deve faturar R\$ 60 milhões este ano. De margem negativa em 5%, a meta é ficar no zero a zero em 2015 e voltar a lucrar só em 2016. Então, os executivos se despedirão e vão arrumar outra casa.

Com norma, pequenas empresas devem ser mais prejudicadas na crise

25/08/2015 –Portal Contábil

Pequenas e médias empresas de todo o País correm para se adequar a normas rigorosas, lançadas pelo governo federal para combater a corrupção no Brasil.

A Lei 12.486 foi sancionada em 2013 e ganhou vida com o decreto 8.420 de 2015, publicado em março. Com o grande objetivo de coibir relações ilícitas entre os setores público e privado, o regulamento amplia a responsabilidade das empresas por atos cometidos pelos seus funcionários.

"Até essa lei, a punição caía sobre a pessoa física, o indivíduo", lembra Thomas Macrander, consultor jurídico do escritório Trigueiro Fontes Advogados.

"Agora, os funcionários respondem pelos atos, mas as empresas também são penalizadas e sofrem multas", diz. As punições podem levar 20% do faturamento bruto anual das empresas.

A lei traz novidades especialmente para estabelecimentos menores, recém-apresentados a novas necessidades. "Acredito que a adaptação está sendo mais sentida em empresas pequenas e médias, já que as maiores, especialmente as multinacionais, já possuíam sistemas de fiscalização, exigidos por vários países do exterior", diz Maurício Silva Leite, sócio do escritório Leite, Tosto e Barros Associados.

A grande dificuldade percebida até o momento acontece na hora de implantar um programa de controle que combata práticas ilícitas. "É necessário um sistema que detecte atos de corrupção", afirma Leite. "A empresa pode criar um canal interno de denúncia, para saber de desvios que sejam praticados", completa.

Outra possibilidade apresentada é a criação de um código de ética, "explicando como os funcionários devem se comportar, principalmente em relação a autoridades e órgãos públicos, foco da lei", explica o consultor Thomas Macrander.

À frente do setor de compliance da Thomsom Reuters na América Latina, José Leonélio acredita que a lei vai beneficiar também os acertos empresariais: "As regras apontam para políticas em relação à administração pública, mas acabam por organizar as empresas e melhorar suas relações em âmbito privado".

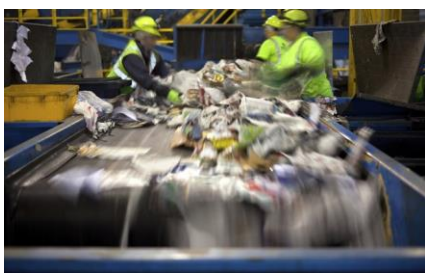
Leonélio ressalta também a importância da adequação às normas em caso de condenação: "uma das formas de diminuir a pena é mostrar que a empresa tem políticas e procedimentos internos para combater a corrupção".

Responsável pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria Geral da União (CGU), Patrícia Audi exemplifica o tipo de crime que é combatido pelas regras: "prometer, oferecer ou dar vantagem a agentes públicos, como o pagamento de propina para obter alvará ou para subornar fiscal público".

Audi revela também que a CGU vai lançar uma nova portaria, em conjunto com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. A criação terá o objetivo de explicar, com linguagem acessível, o funcionamento da nova lei. A apresentação deve acontecer nesta semana.

Brasil recicla 10 milhões de toneladas de aço por ano

25/08/2015 – Brasil econômico



O destino final de produtos duráveis após sua vida útil é uma das maiores preocupações ambientais do mundo hoje. Mas na indústria do aço, a reciclagem é um procedimento histórico, quase tão antigo quanto o próprio processo de produção industrial do material. Isso ocorre porque o ferro e o aço são 100% recicláveis, sem nenhum prejuízo a qualidade do novo produto.

Basicamente, o aço pode ser produzido de duas formas. No sistema utilizado pelas siderúrgicas integradas, o minério de ferro é a base produtiva e a sucata é um complemento que pode suprir 25% da demanda da matéria-prima. Nas siderúrgicas semi-integradas, também chamadas de mini-mills, as aciarias elétricas são alimentadas principalmente por sucata.

Segundo o Instituto Aço Brasil, em 2013 as siderúrgicas brasileiras consumiram 10,3 milhões de toneladas de ferro e aço em seus processos produtivos, o que equivale a 30% do total produzido. A média mundial é de 28%. Uma das maiores recicladoras do Brasil foi

a ArcelorMittal, que empregou 2,7 milhões de toneladas de sucatas em sua produção no último ano.

Uma importante fonte de sucata é o resíduo do processo siderúrgico. Em 2013, três milhões de toneladas de sobras voltaram aos fornos.. Outras 7,3 milhões de toneladas foram obtidas de formas diversas. São provenientes de sobras de indústrias que usam o material como matéria-prima ou recolhidos na demolição de grandes obras civis.

O Programa Nacional de Renovação da Frota de Caminhões, que incentiva a troca de veículos com mais de 30 anos por carros novos, também é uma origem de material para reciclagem, assim como iniciativas de indústrias e revendedores de geladeiras e fogões que recolhem eletrodomésticos usados dos clientes. Segundo a Associação Brasileira da Embalagem de Aço, cerca de 260 mil toneladas de latas também foram encaminhadas para reciclagem em 2013.

O recolhimento do material metálico disperso na sociedade é trabalho para cerca de três mil empresas sucateiras que atuam em todo o país, conforme estimativa do Sindicato das Empresas de Sucata de Ferro e Aço (Sindinesfa).

Um estudo realizado em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA) concluiu que cada tonelada de aço reciclado representa uma economia de 1.140 kg de minério de ferro e 154 kg de carvão, reduzindo a pressão pela exploração desses materiais na natureza.

A reciclagem proporciona uma redução de 70% no consumo de água no processo produtivo e uma menor emissão de gases de efeito estufa. Além disso, a sucata é um insumo mais barato que o minério, resultando em um produto final de menor custo.

Com dólar caro, gasto de brasileiros no exterior cai 30,4% em julho

25/08/2015 – Brasil econômico



Os brasileiros gastaram em viagens internacionais um total de US\$ 1,677 bilhão em julho, uma queda de 30,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando os gastos com turismo no exterior tinham sido de US\$ 2,408 bilhões.

De janeiro a julho, essas despesas somaram US\$ 11,617 bilhões, contra US\$ 14,851 bilhões em igual período do ano passado, o que representa queda de 21,8%. Os números são do Banco Central (BC) e foram divulgados nesta terça-feira (25).

O recuo dos gastos de brasileiros no exterior deve-se ao dólar mais alto, que encarece as passagens e as diárias de hotéis calculadas em moeda estrangeira. Analistas do mercado financeiro projetam que o dólar encerrará este ano cotado a R\$ 3,50.

Veja o que especialistas recomendam para quem precisa de dólar diante da instabilidade com a crise da China

Sem Copa, gasto de estrangeiros cai

Já os turistas estrangeiros gastaram US\$ 468 milhões no Brasil em julho, uma queda de 40,4% em relação a julho do ano passado, quando gastaram US\$ 785. Na ocasião, o país recebeu muitos turistas do exterior para a Copa do Mundo.

Com isso, a conta de viagens internacionais (receitas menos despesas) ficou negativa em US\$ 1,209 bilhão no mês passado, queda de 25,5% em relação a junho de 2014, quando tinha sido negativa em US\$ 1,623 bilhão.

No acumulado de janeiro a julho, essa conta com viagens está negativa em US\$ 8,204 bilhões, contra US\$ 10,482 bilhões vistos em igual período do ano passado, uma queda de 21,7%.

Nova metodologia do BC

Em abril, o BC adotou nova metodologia internacional para medir as contas externas. Dentro da conta de serviços, onde estão os gastos com viagens, o BC passou a apresentar novas linhas, como serviços de propriedade intelectual (antigos royalties), e telecomunicações, computação e informações, que capta despesas com software, por exemplo.

A nova nota também traz outros serviços -pesquisa, desenvolvimento, publicidade, engenharia, arquitetura, limpeza e despoluição-, e serviços culturais, pessoais e recreativos.